



D O S U L

Diário Oficial de Chapadão do Sul - MS

Cartório de Registro Civil da Comarca de Chapadão do Sul/MS

Ano I - Edição n.º 40 - Diário Oficial do Município - Chapadão do Sul-MS - 26 de Outubro de 2007 - Pág. 01

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ - 24.651.200/0001-72

Ano I - Edição n.º 40
Chapadão do Sul (MS), 26 de Outubro de 2007.

Diário Oficial do Município de Chapadão do Sul/MS - criado pela Lei Municipal n.º 605, de 21 de março de 2007, para publicações dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Prefeito Municipal: Jocelito Krug
Vice-Prefeito: Alirio José Bacca
Assessoria Municipal de Assuntos Jurídicos: Dr. Jefferson P. Dos Santos
Secretaria Municipal de Governo: Carlos Afonso M. Galindo
Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento: Itamar Mariani
Secretaria Municipal de Assistência Social: Elisete Emiko Obara
Secretaria Municipal de Saúde: Nilzete Pereira Ribeiro
Secretaria Municipal de Educação: Guerino Perius
Secretaria Municipal Obras, Transporte e Serviços Públicos: Levi da Silva

Comissão responsável pelo Diário Oficial do Município - DOSUL

Presidente: Marcelo José Lacerda Flores
Membro: Luciano Domingos de Oliveira
Membro: Suélliton Tomaz Garcia;
Suplentes: Paulo Roberto Wassolowski, Paulo César Benatti, Paulo Pereira Borges Filho

PODER LEGISLATIVO

Presidente: Eduardo Belotti
1º Vice-presidente: Elio Balem
2º Vice-presidente: Ari Pettenan
1º Secretário: Homero Locatelli
2º Secretária: Suraya da Veiga Said
Vereadora: Clarice Gonçalves Fabiani
Vereador: Honório Rodolpho Hattge
Vereador: João Valmir Tontini
Vereador: Idalino Alves da Silva

Poder Executivo

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 072/2007 PROCESSO Nº0241/2007

O município de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público, que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações:

PROCESSO n.º 0241/07 TOMADA DE PREÇOS Nº 072/07;

Objeto: Constitui objeto desta licitação, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, destinada à aquisição de 03 (três) veículos tipo ônibus urbano usados, de fabricação nacional ou Mercosul, com ano de fabricação não inferior a 1995, em perfeito estado mecânico e de conservação, com pneus em condições boas para rodagem, com os equipamentos exigidos pelo C.T.B, destinados ao transporte de alunos, atendidos pela rede municipal de ensino, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, deste município de Chapadão do Sul MS, em conformidade com este EDITAL e características constantes do Anexo I. E para que ninguém possa alegar desconhecimento, foi expedido o resumo do presente Edital, que será público no órgão que divulga os atos oficiais do Município.

E os interessados poderão obter o presente Edital na Sede

Administrativa, Av. Seis n.º 706 Centro, das 07:00 h às 11:00 e das 13:00 às 17:00h.

Recebimento da documentação e proposta: dia 12 de novembro de 2007 às 14:00h.

Chapadão do Sul (MS), 26 de outubro de 2007.

Rosangela B. Schneider
Presidente C.P.L

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 073/2007 PROCESSO Nº 0242/2007

O município de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público, que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações:

PROCESSO n.º 0242/07 TOMADA DE PREÇOS Nº 073/2007;

Objeto: 2.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, visando a contratação de agência de publicidade e propaganda, para Prestação de Serviços de divulgação, assessoria de marketing, publicação, veiculação, pesquisa de matérias de interesse do Executivo Municipal, em jornais regionais, diários locais, jornais esporádicos, revistas especializadas, informativos, e emissora de televisão em campanhas institucionais de 30 (trinta) segundos cada, para a Administração Direta e Indireta do

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL-MS, conforme ANEXO II, parte integrante deste EDITAL, independentemente de transcrição.

2.2 Os serviços de divulgação e veiculação terão caráter educativo, informativo ou de orientação social e deverão estar em sintonia com as questões estratégicas de desenvolvimento econômico e social do MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL-MS.

2.3. Os serviços objeto deste EDITAL, deverão ser submetidos à apreciação e aprovação prévia da ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL-MS, que ficará responsável pela fiscalização e acompanhamento da divulgação e veiculação.

E para que ninguém possa alegar desconhecimento, foi expedido o resumo do presente Edital, que será público no órgão que divulga os atos oficiais do Município. E os interessados poderão obter o presente Edital na Sede Administrativa, Av. Seis nº 706 Centro, das 07:00 h às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h.

Recebimento da documentação e proposta: dia 13 de novembro de 2007 às 14:00 h.

Chapadão do Sul (MS), 26 de outubro de 2007.

Rosangela B. Schneider
Presidente C.P.L

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº
074/2007 PROCESSO Nº
0243/2007

O município de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público, que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações:

PROCESSO nº 0243/07 TOMADA

DE PREÇOS Nº 074/2007;

Objeto: 2.1 O objeto desta licitação, é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, visando a contratação de empresa no ramo pertinente, para a Prestação de Serviços de Transporte de Material (cascalho, terra, pedras, pedrisco, pó de brita e similares), aproximadamente 80.000m³/km mensais), em execução de obras na zona rural e urbana deste Município de Chapadão do Sul, conforme especificações do **ANEXO I**, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

2.2 O valor máximo a ser pago pela Administração por M³ (metro cúbico) de material transportado, será de até R\$ 0,60 (sessenta centavos de real), mediante a aplicação da fórmula M³ x KM x 0,60 rodado carregado.

2.3 Os pagamentos pela contraprestação de serviços, serão efetuados conforme a medição por metro cúbico/km transportado mensalmente.

E para que ninguém possa alegar desconhecimento, foi expedido o resumo do presente Edital, que será público no órgão que divulga os atos oficiais do Município. E os interessados poderão obter o presente Edital na Sede Administrativa, Av. Seis nº 706 Centro, das 07:00 h às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h.

Recebimento da documentação e proposta: dia 14 de novembro de 2007 às 14:00 h.

Chapadão do Sul (MS), 26 de outubro de 2007.

Rosangela B. Schneider
Presidente C.P.L

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS
Nº 075/2007 PROCESSO Nº
0244/2007

O município de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão

Permanente de Licitação torna público, que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações:

PROCESSO nº 0244/2007
TOMADA DE PREÇOS Nº
075/2007;

Objeto: O objeto desta licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de empresa no ramo pertinente, para a implantação de uma estrada vicinal com 5,7 quilômetros de extensão e revestimento com cascalho, ligando o Assentamento Aroeira com a MS 316, neste município de Chapadão do Sul- MS, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Cronograma Físico anexos, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos. E para que ninguém possa alegar desconhecimento, foi expedido o resumo do presente Edital, que será público no órgão que divulga os atos oficiais do Município. E os interessados poderão obter o presente Edital na Sede Administrativa, Av. Seis nº 706 Centro, das 07:00 h às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h.

Recebimento da documentação e proposta: dia 14 de novembro de 2007 às 09:00 h.

Chapadão do Sul (MS), 26 de outubro de 2007.

Rosangela B. Schneider
Presidente C.P.L

DECRETO Nº 1.501, de 17 de **OUTUBRO de 2007**

“Dá nova redação ao Artigo 2º
do Decreto nº 1.465, de 18 de
Junho de 2007 e dá outras
providências.”

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do

Sul, no uso de suas atribuições legais e,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 1.465, de 18 de Junho de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** O Conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental das Bacias do Rio Aporé e Rio Sucuriú será constituído por uma Diretoria Executiva composta por 09 (nove) membros, sendo estes indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

- I
- II
- III
- IV
- V
- VI
- VII

VIII Banco do Brasil S.A. ;
IX Rotary Club de Chapadão do Sul.”

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul MS, 17 de Outubro de 2007.



JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.502, DE 17 DE OUTUBRO DE 2007

“**Nomeia membros do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental das Bacias do Rio Aporé e Sucuriú e dá outras providências**”.

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no Decreto nº 1.465, de 18 de Junho de 2007 e no Decreto nº 1.501, de 17 de Outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental das Bacias do Rio Aporé e Sucuriú, os membros abaixo nominados:

I Titulares:

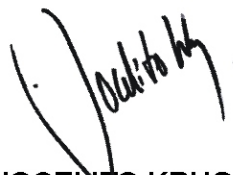
Edson Eugênio Senhorini
Marcelo Augusto de Souza Bexiga

II Suplentes:

Altair José Bevilacqua
João Félix Marinho Botesele.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul MS, 17 de Outubro de 2007.



JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.503, DE 17 DE OUTUBRO DE 2007

“**Decreta Ponto Facultativo e dá outras providências.**”

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o feriado municipal do dia 23 de Outubro é consagrado às comemorações do Aniversário de Emancipação Política do Município;

Considerando que o dia 22 de Outubro do corrente ano, segunda-feira, ficará incrustado entre o domingo e o feriado municipal;

Considerando que o ponto facultativo na mencionada data a par, não impor nenhum prejuízo aos negócios do Município, proporciona redução no custeio da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais de Chapadão do Sul

MS, no dia 22 de Outubro de 2007, segunda-feira, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam paralisação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul MS, 17 de Outubro de 2007.



JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.504, DE 19 DE OUTUBRO DE 2007

“**Estipula datas para pagamento da Contribuição de Melhoria e dá outras providências**”

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no Art. 379 da Lei Complementar nº 037, de 21 de Dezembro de 2006 (Código Tributário Municipal),

DECRETA

Art. 1º - O pagamento da **Contribuição de Melhoria** lançada pela execução de pavimentação asfáltica, conforme o Edital datado de 12 de Dezembro de 2006, publicado no jornal “O Correio”, edição de 01 a 15 de Janeiro de 2007, poderá ser quitado até o dia 15 de Novembro de 2007, em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 2º - O pagamento da Contribuição de Melhoria poderá ser parcelado em até 20 (vinte) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de Novembro de 2007 e as demais, todo dia 15 de cada mês.

Parágrafo Único O valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a 10 (dez) Unidades Fiscais do Município UFM.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul MS, 19 de Outubro de 2007.



JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 042, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

"Altera os anexos I, III, V, VI, VII e IX da Lei Complementar nº 040, de 04 de Setembro de 2007"

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os seguintes anexos constantes da Lei Complementar nº 040, de 04 de Setembro de 2007:

I - ANEXO I Categorias Funcionais, Funções e Requisitos Básicos do Plano de Carreiras e Remuneração;

II - ANEXO III Cargos efetivos Criados;

III - ANEXO V Padrões de Vencimento dos Cargos Efetivos;

IV - ANEXO VI Correlação para Transformação dos Cargos;

V - ANEXO VII Denominações e Símbolos dos Cargos de Provimento em Comissão de Direção, Gerência e Assessoramento Superior; e

VI - ANEXO IX Denominações e Símbolos das Funções de Confiança de Supervisão e Assistência.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul - MS, 24 de Outubro de 2007.



JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

ANEXO I

CATEGORIAS FUNCIONAIS, FUNÇÕES E REQUISITOS BÁSICOS

DO PLANO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO

CATEGORIA FUNCIONAL-FUNÇÕES - REQUISITOS BÁSICOS

CARREIRA: Serviços de Fiscalização

Fiscal de Obras e Posturas - Fiscal de Obras e Posturas-Nível médio completo.

Fiscal de Meio Ambiente-Fiscal de Meio Ambiente-Graduação de nível superior em Eng. Agrônoma, Eng. Ambiental, Eng. Florestal, Biologia e áreas afins.

ANEXO III

CARGOS EFETIVOS CRIADOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO-QUANTIDADE EXISTENTE-QUANTIDADE CRIADA-TOTAL

CARREIRA: Serviços de Fiscalização Municipal
Fiscal de Obras e Posturas-6-0-6
Fiscal de Meio Ambiente-0-3-3

ANEXO V

PADRÕES DE VENCIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO-PADRÃO

CARREIRA: Serviços de Fiscalização Municipal-
Fiscal de Obras e Posturas-N VI
Fiscal de Meio Ambiente-N IX
Agente de Fiscalização de

Trânsito-N VI

ANEXO VI

CORRELAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS

CARGO OCUPADO-TRANSFORMADO PARA O CARGO

Agente de Administração-
Assistente de Serviços Organizacionais II
Auxiliar de Administração-
Assistente de Serviços Organizacionais II
Fiscal de Obras e Posturas-Fiscal de Obras e Posturas

ANEXO VII

DENOMINAÇÕES E SÍMBOLOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DE DIREÇÃO, GERÊNCIA E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO-DENOMINAÇÃO DO CARGO-QUANTIDADE

DGAS -02-Assessor Jurídico-3
DGAS-02-Secretário - Adjunto-8
DGAS -03-Assessor Especial-5
DGAS -04-Diretor de Departamento-40
DGAS -04-Diretor do Fundo de Previdência-1
DGAS -04-Diretor de Escola-15
DGAS -06-Assessor-Executivo I-3
DGAS -07-Assessor de Comunicação-6
DGAS -07-Assessor-Executivo II-12
DGAS -08-Diretor-Adjunto de Escola-15
DGAS -09-Assessor I-4
DGAS -10-Assessor II -4

ANEXO IX

DENOMINAÇÕES E SÍMBOLOS

**DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA
DE SUPERVISÃO E
ASSISTÊNCIA**

**SÍMBOLOS-DENOMINAÇÃO-
QUANTIDADE**

FCSA-01-Supervisor de Serviço-
20

FCSA-02-Supervisor de Equipe-20

FCSA-03-Encarregado de Serviço-
20

FCSA-04-Encarregado de Equipe-
20

FCSA-04-Assistente de Gabinete-
20

**LEI Nº 644,
DE 15 DE OUTUBRO DE 2007**

**“Autoriza o Executivo Municipal
a realizar obras de
pavimentação em passeios e
calçadas públicas do Município
de Chapadão do Sul MS e dá
outras providências”.**

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar obras de pavimentação, melhoramentos e conservação em passeios e calçadas localizadas de frente a imóveis públicos pertencentes ao patrimônio da União, do Estado e do Município, assim como de frente aos imóveis cedidos gratuitamente a estes Entes Federados.

Art. 2º As obras serão realizadas independentemente de contraprestação pecuniária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul - MS, 15 de Outubro de 2007.



JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

**LEI Nº 645,
DE 19 DE OUTUBRO DE 2007**

“Dá nova redação a Lei que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar de Chapadão do Sul MS, e dá outras providências”.

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - políticas e

programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º São órgãos de política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar.

Art. 4º O município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do art. 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

§ 1º Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

§ 2º Os serviços especiais visam:

- a) à prevenção e o atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) à identificação e a localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) à proteção jurídico-social.

**Capítulo II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO**

ADOLESCENTE

Art. 5º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 08 membros, na seguinte conformidade:

I - 04 (quatro) representantes do poder público, a seguir especificados:

a) 1 (u m) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

b) 1 (u m) representante da Secretaria Municipal da Educação;

c) 1 (u m) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;

d) 1 (u m) representante da Secretaria Municipal de Administração

II - 04 (seis) representantes de entidades não-governamentais de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

§ 1º Os Conselheiros representantes das secretarias serão designados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva secretaria (no prazo de cinco dias úteis).

§ 2º Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede no Município, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito, mediante edital publicado na imprensa, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse pelo Conselho.

§ 3º A designação de membros do Conselho

compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º Os conselheiros representantes da sociedade civil e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se apenas uma única recondução.

§ 5º. A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º A nomeação e posse dos membros do Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidos os critérios de escolha previstos nesta Lei.

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

II - opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;

III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º desta Lei, bem como, sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

IV - elaborar seu regimento interno;

V - solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato;

VI - gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades não-governamentais;

VII - propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do

adolescente;

VIII - opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação, bem como, ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

IX - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;

X - proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não-governamentais de atendimento;

XI - proceder o registro de entidades não-governamentais de atendimento;

XII - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XIII - fixar remuneração dos membros do Conselho Tutelar, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art 8º O Conselho Municipal manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Capítulo III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será gerido e administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos

destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 2º As ações de que trata O parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 3º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei 8,069/90;

V - por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

Art. 10. O Fundo será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.

Capítulo IV DA CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 11. Fica ratificada a criação do Conselho Tutelar existente no Município de Chapadão do Sul, órgão permanente e autônomo, com função não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos

Constitucionais e Infraconstitucionais da Criança e do Adolescente.

Art. 12. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, titulares e cinco suplentes eleitos para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.

§ 1º O conselheiro tutelar, por expressa definição legal, exerce uma função considerada de relevância pública e que deve ocorrer em regime de dedicação exclusiva, observado o que determina o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

§ 2º Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, ficando a administração pública municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável por atender a ordenação de despesas requeridas para seu atendimento funcional, bem como pelas instalações físicas.

§ 3º O Poder Executivo fica autorizado e poderá criar, na estrutura do quadro de pessoal, no que se refere aos cargos em comissão, 07 (sete) cargos de conselheiro tutelar, para nomeação exclusiva dos cinco titulares escolhidos na forma da Lei e, dois cargos reservados às eventuais nomeações dos suplentes, quando da substituição dos titulares nos casos goza de férias e ou de afastamento legais.

Capítulo V DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 13. A eleição será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por resolução publicada nos locais de acesso público e na imprensa local, três meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar e fiscalizada

pelo Ministério Público.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentará a eleição, bem como a divulgação das candidaturas em edital na época das eleições.

Art. 14. A escolha dos Conselheiros Tutelares se fará através de eleição, mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos, residentes no município de Chapadão do Sul - MS, e portadores de Título de Eleitor.

Art. 15. A candidatura é individual e sem qualquer vínculo com partidos políticos.

Art. 16. Somente poderão concorrer a eleição os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I possuir reconhecida idoneidade moral;

II ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III residir e comprovar residência no município há mais de 02 (dois) anos;

IV estar em gozo de seus direitos políticos;

V estar quite com o serviço militar se for homem;

VI possuir ensino médio completo.

VII ter experiência comprovada, em trabalho com crianças ou adolescentes de no mínimo (01) um ano atestado, com firma reconhecida, pela entidade onde haja prestado o serviço;

VIII não estar sendo processado por qualquer processo criminal, incluindo procedimentos do JEC (Juizado Especial Criminal), bem como não possuir antecedentes criminais;

IX possuir CNH (Carteira Nacional de Habilitação) categoria B;

X ser aprovado no teste de conhecimentos gerais sobre o ECA, bem como aprovação em teste de informática;

XI ser aprovado

em avaliação psicológica.

Art. 17. Os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar que não preencher os requisitos necessários, terão sua candidatura impugnada pelo CMDCA.

Parágrafo único. A impugnação da inscrição deverá ser notificada ao candidato, o qual terá 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento para recursos.

Art. 18. Após a aprovação da inscrição, os candidatos se submeterão a uma prova escrita. O conteúdo da prova será de conhecimento específico do Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal e serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos.

Parágrafo único. A prova será elaborada, aplicada, corrigida pelo Ministério Público, Juiz da Infância e Juventude ou equipe técnica do órgão gestor estadual responsável pela Política de Atenção a Infância e Juventude e fiscalizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Ministério Público.

Art. 19. A candidatura deve ser registrada, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, acompanhado das provas de preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo 7º e artigo 9º desta Lei.

Art. 20. Os candidatos terão a inscrição homologada pelo CMDCA e Ministério Público desde que atendam os requisitos do artigo 17 e artigo 19 desta lei.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará em locais de acesso público e na imprensa

local o nome dos candidatos, bem como, data, horário e local da eleição.

§ 2º O CMDCA deverá convocar os concorrentes, para presenciarem o sorteio do número dos candidatos para composição das cédulas, orientações sobre procedimentos na campanha e no dia da eleição.

Art. 21. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, proclamará o resultado da eleição, publicando na Imprensa oficial do município os nomes dos candidatos eleitos e os votos recebidos.

Art. 22. Serão considerados eleitos os cinco mais votados, como Conselheiros Titulares, ficando os demais candidatos como Suplentes, pela ordem decrescente de votação.

Parágrafo único. Os conselheiros eleitos serão empossados em ato público, pelo Prefeito Municipal.

Capítulo VI DO DESEMPATE, VACÂNCIA E SUPLENTE

Art. 23. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), estabelecerá critérios de desempate da votação, regulamentados em edital na época das eleições.

Art. 24. Ocorrendo vacância no cargo de conselheiro tutelar, assumirá o suplente, pela ordem de classificação, de acordo com a indicação do CMDCA.

Art. 25. Havendo recus do suplente, o mesmo irá para o final da lista de classificação e será convocado o próximo, de acordo com os critérios de desempate especificado em edital na época da eleição pelo Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 26. Ocorrendo insuficiência de suplente em qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

Art. 27. São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a), genro ou nora, irmão, cunhados durante o cunhadio, tio (a), sobrinhos, padrastos ou madrastras e enteados.

Capítulo VII DOS ELEITOS

Art. 28. Os eleitos proclamados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomarão posse no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 1º Os Conselheiros Titulares eleitos deverão participar do movimento de transição no prazo máximo de 10 (dez) dias antes de sua posse.

§ 2º Entende-se por movimento de transição, o período em que os Conselheiros Titulares eleitos, deverão passar junto ao Conselho Tutelar, com o intuito de obter informações, acerca das crianças e adolescentes assistidos pelo Conselho, a fim de não haver interrupções nos atendimentos.

§ 3º Deverão no processo de transição, participar os titulares e suplentes da capitação, organizado pelo CMDCA.

Art. 290. O coordenador do conselho será escolhido pelos seus pares, logo na primeira sessão do colegiado, para mandato de 01 (um) ano, os quais deverão elaborar o Regimento Interno do Conselho Tutelar, onde deve constar sua forma de organização e funcionamento.

Parágrafo único.

Na falta ou impedimento do coordenador assumirá a presidência o vice-coordenador do conselho.

**Capítulo VIII
DAS ATRIBUIÇÕES E
COMPETÊNCIAS**

Art. 30. São atribuições do Conselho Tutelar, aquelas especificadas no artigo 136 e artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Parágrafo único.

Incumbe também ao Conselho Tutelar receber petições, denúncias, reclamações ou queixas de quaisquer pessoas por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes encaminhamento devido.

Art. 31. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse, ou por ofício da mesma.

Art. 32. Ao Conselho Tutelar é reservado à prerrogativa de requisitar aos serviços públicos que fiscalizam o cumprimento da legislação de proteção à criança e ao adolescente.

Art. 33. As competências do Conselho Tutelar, atenderão ao disposto no art. 138 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando-se a regra constante do art. 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Capítulo IX
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 34. O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar deverá ser registrado pelo conselheiro que atendeu de forma personalizada ou, bem como, as providências adotadas em cada caso no SIPIA (Sistema de Informação para a

Infância e Adolescência), para o acompanhamento dos demais.

Art. 35. No atendimento prestado pelo Conselho Tutelar será indispensável no local de funcionamento, a atuação conjunta de no mínimo 03 (três) conselheiros.

Art. 36. O horário de atendimento do Conselho Tutelar será de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, respeitando-se o horário comercial durante a semana, assegurando-se um mínimo de 08 (oito) horas diárias para todo o colegiado e rodízio para o plantão, por telefone móvel ou outra forma de localização do conselheiro responsável, durante a noite e final de semana.

Parágrafo único.

A escala de plantão deverá ser mensalmente elaborada, encaminhada ao CMDCA para ampla divulgação.

**Capítulo X
DOS DIREITOS**

Art. 37. A remuneração dos Conselheiros Tutelares será equivalente aos proventos percebidos pelos ocupantes de cargo de Referência N - V, e reajustado de acordo com o salário dos servidores públicos municipais de Chapadão do Sul.

Art. 38. Sendo eleito como Conselheiro Tutelar, um Funcionário Público Municipal, fica facultado, no caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a cumulação de vencimentos.

**Capítulo XI
DO CONTROLE**

Art. 39. Fica o CMDCA, a Secretaria Municipal

de Assistência Social e o Ministério Público encarregados de exercer o controle administrativo sobre o funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 40. Compete ao CMDCA, a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Ministério Público, como órgão de controle de funcionamento da Administração Municipal:

I- fiscalizar o cumprimento do horário dos Conselheiros Tutelares, o regime de trabalho, a forma de plantão, de modo que compatibilize o atendimento à população conforme disposições desta Lei;

II- fiscalizar o regime de trabalho e a efetividade dos Conselheiros Tutelares;

III- fiscalizar a utilização dos bens móveis e imóveis, bem como, os gastos efetuados pelos conselheiros no exercício da função;

IV- instaurar e proceder abertura de sindicância para apurar eventual falta grave cometida por um conselheiro tutelar no desempenho de suas funções;

V- emitir parecer conclusivo nas sindicâncias instauradas e notificar o conselheiro tutelar de sua decisão.

**Capítulo XII
DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 41. Compete ao CMDCA, juntamente com a Administração Municipal instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de sua função.

Art. 42. As situações de advertência, suspensão ou cassação do mandato de conselheiro tutelar devem ser prescindidas de atos administrativos perfeitos, acompanhados pelo Ministério Público, assegurando a imparcialidade dos sindicantes, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 43. O Conselheiro Tutelar a qualquer

tempo poderá ser advertido, ter perda do mandato ou suspenso no caso de comprovado descumprimento de suas atribuições, práticas de atos considerados ilícitos, ou comprovada conduta incompatível com a função, nos seguintes casos:

I usar da função em benefício próprio;

II romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que Integre;

III manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido, conforme Art.27;

VII exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei;

VIII receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências;

IX for condenado pela prática de crime doloso, contravenção penal ou pela prática de infrações administrativas previstas na Lei 8.069/90;

X faltar 05 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) dias alternados, sem justificativa, as sessões do Conselho Tutelar no espaço de um ano;

XI for condenado por sentença judicial criminal, em virtude da prática de crime previsto no Código Penal, contravenção penal, ou delito previsto em Legislação Especial.

Art. 44. A apuração será instalada pela comissão de sindicância, por denúncia de qualquer cidadão ou representação do Ministério

Público, ao CMDCA e será confiada a uma comissão de apuração composta por 03 (três) membros do órgão ao qual o Conselho Tutelar está vinculado e/ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º O processo de sindicância é sigiloso, devendo ser concluído em 60 (sessenta) dias após a sua instauração, salvo impedimento justificado.

§ 2º Instaurada a sindicância, o indiciado deverá ser citado pessoalmente e notificado da data em que será ouvido pela Comissão de Ética.

§ 3º O não comparecimento injustificado implicará na continuidade da sindicância.

§ 4º Após ouvido o indicado, o mesmo terá 03 (três) dias para apresentar sua defesa prévia, sendo-lhe facultada consulta aos autos.

§ 5º Na defesa prévia devem ser especificadas as provas que devem ser produzidas, anexados documentos e as testemunhas a serem ouvidas, sendo no máximo 03 (três) por fato imputado.

§ 6º Ouvir-se-ão primeiro as testemunhas de acusação e posteriormente as de defesa.

§ 7º As testemunhas de defesa comparecerão independentemente de intimação e a falta injustificada das mesmas, não obstará o prosseguimento da instrução.

§ 8º Concluída a fase instrutória, a defesa terá prazo de 10 (dez) dias para apresentar suas alegações finais.

Art. 45. Apresentada as alegações finais a Comissão de Ética terá 15 (quinze) dias para findar seu

trabalho e encaminhar ao CMDCA, sugerindo o arquivamento ou aplicando a penalidade cabível.

§ 1º Na hipótese de arquivamento, só será aberta nova sindicância sobre o mesmo fato, se este ocorrer por falta de provas, expressamente manifestada na conclusão da Comissão de Sindicância.

§ 2º A decisão da Comissão de Ética será dada pelo voto de seus membros.

§ 3º A decisão da Comissão de Ética será dada por maioria simples.

§ 4º Havendo empate, prevalecerá o voto dado pelo Presidente da Comissão de Ética.

Art. 46.

Constatada a falta grave, o CMDCA, após resultado da sindicância, decidirá em plenária e oficiará ao Ministério Público e/ou Judiciário para que estes encaminhem ao Prefeito Municipal, que poderá aplicar as seguintes penalidades:

I advertência;

II suspensão não remunerada, de 01 (um) à 03 (três) meses;

III perda da função.

§ 1º Aplica-se advertência nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e X do artigo 44 desta Lei.

§ 2º Aplica-se a penalidade de suspensão não remunerada, a falta devidamente comprovada, nas hipóteses previstas nos incisos I, VIII do artigo 44 e nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do artigo 44, quando irreparável o prejuízo decorrente da falta verificada.

§ 3º Aplica-se a penalidade de perda de função as situações previstas nos incisos IX e XI do artigo 44 desta Lei.

Art. 47. Caso a

denúncia do fato tenha sido dirigida por particular, quando da conclusão dos trabalhos, o denunciante deve ser cientificado da decisão da Comissão de Ética, pelo CMDCA.

Capítulo XIII DA PERDA DO MANDATO

Art. 48. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I for indiciado ou condenado pela prática de crime doloso, contravenção penal ou pela prática de infrações administrativas previstas na Lei 8069/90;

II sofrer a penalidade administrativa de perda de mandato prevista nesta Lei.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada por meio de exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, uma vez constatada alguma das hipóteses acima, por determinação judicial, após processo de sindicância.

Art. 49. Declarado vago o cargo de membro do Conselho Tutelar pelo CMDCA, o Prefeito Municipal dará posse ao suplente.

Art. 50. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Capítulo XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Os atuais conselheiros permanecerão no cargo até o final do mandato e posse dos novos conselheiros eleitos.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 324, de 19 de Novembro de 1999.

Chapadão do Sul MS, 19 de

Outubro de 2007.


JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

LEI Nº 646, DE 25 DE OUTUBRO DE 2007

“Altera redação dos Artigos 4º e 5º da Lei nº 622, de 11 de Junho de 2007 e dá outras providências”.

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 4º da Lei nº 622, de 11 de Junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

I-

a).....

b) desconto de 10% (dez por cento) do valor principal atualizado e exclusão de 100% (cem por cento) dos juros de mora, se pago até 15 de dezembro de 2007;

II -

a).....

b) desconto de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora, se a entrada for paga até 15 de dezembro de 2007;

III -

a).....

b) desconto de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora, se a entrada for paga até 15 de

dezembro de 2007.”

Art. 2º O Artigo 5º da Lei nº 622, de 11 de Junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

I-

II - desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado se pago à vista em única parcela até 15 de dezembro de 2007;

III -

a).....

b) desconto de 10% (dez por cento) do valor total atualizado, se a entrada for paga até 15 de dezembro de 2007;

IV -

a).....

b) desconto de 10% (dez por cento) do valor total atualizado, se a entrada for paga até 15 de dezembro de 2007.”

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul - MS, 25 de Outubro de 2007.


JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

LEI Nº 647, DE 25 DE OUTUBRO DE 2007

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir a Posse de Bem Móvel e dá outras providências”.

O **Prefeito Municipal** de Chapadão

do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir a posse e propriedade do bem móvel abaixo discriminado, por meio de Leilão Público: "Ônibus, Marca: Scania; Modelo: BR 116; Combustível: Diesel; Ano de Fabricação: 1980; Modelo: 1980; Categoria: Oficial; Cor: Branca; Placa: JNW 7831; Chassi: 30031".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul MS, 25 de Outubro de 2007.


JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

**TOMADA DE PREÇOS Nº
071/2007 PROCESSO Nº
239/2007**

O município de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público, que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações:

PROCESSO nº 239/07
TOMADA DE PREÇOS Nº
071/2007;

Objeto: A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de empresa no ramo pertinente, na aquisição de materiais para equipamentos de processamento de dados e informática, ar
c o n d i c i o n a d o ,

microcomputadores e impressoras, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais deste município de Chapadão do Sul MS, em conformidade com **ANEXOS**, partes integrantes d e s t e E D I T A L , independentemente de sua transcrição. E os interessados poderão obter o presente Edital na Sede Administrativa, Av. Seis nº 706 Centro, das 07:00 h às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h. Recebimento da documentação e proposta: dia 12 de novembro de 2007 às 09:00 h.

Chapadão do Sul (MS), 25 de outubro de 2007.

Rosângela B. Schneider
Presidente C.P.L



**Estado de Mato
Grosso do Sul
Prefeitura Municipal
de Chapadão do Sul**

**Avenida Seis nº 706
Fone/fax: (0xx67)
3562-5680
Cep: 79560-000**

**Site:
www.chapadao
dosul.ms.gov.br**

**Email:
diario@chapadao
dosul.ms.gov.br**